A detailed view of a medieval manuscript illumination. The central focus is two hands, one from a woman in a red dress and one from a man in a brown sleeve, holding a small green plant stem with blue flowers. The woman's hand is adorned with a pearl bracelet and a ring. The background consists of rich red and green colors. The text is overlaid on black bars.

Alianças políticas matrimoniais na

Idade Média

MARIA FILOMENA COELHO (ORG.)

COLEÇÃO

MEDIOEVUM
UnB


callandra



Conselho Editorial

Membros internos:

Prof. Dr. André Cabral Honor (HIS/UnB) - **Presidente**

Prof. Dr. Herivelto Pereira de Souza (FIL/UnB)

Prof.^a Dr.^a Maria Lucia Lopes da Silva (SER/UnB)

Prof.^a Dr.^a Ruth Elias de Paula Laranja (GEA/UnB)

Membros externos:

Prof.^a Dr.^a Ângela Santana do Amaral (UFPE)

Prof. Dr. Fernando Quiles García (Universidad Pablo de Olavide - Espanha);

Prof.^a Dr.^a Ilía Alvarado-Sizzo (UniversidadAutonoma de México)

Prof.^a Dr.^a Joana Maria Pedro (UFSC)

Prof.^a Dr.^a Marine Pereira (UFABC)

Prof.^a Dr.^a Paula Vidal Molina (Universidad de Chile)

Prof. Dr. Peter Dews (University of Essex - Reino Unido)

Prof. Dr. Ricardo Nogueira (UFAM)



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília - BCE/UNB)

A398 Alianças políticas matrimoniais na Idade Média
 [recurso eletrônico] / Maria Filomena Coelho
 (org.). - Brasília : Universidade de Brasília,
 2023.
 261 p. il. - (Medioevum ; 1).

 Inclui bibliografia.
 ISBN 978-65-85259-16-3.

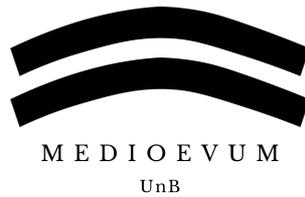
 1. Casamento - História - Idade Média, 600-
 1500. 2. Casamento - Aspectos políticos - Idade
 Média, 600-1500. I. Coelho, Maria Filomena (org.).
 II. Série.

CDU 392.5:32(09)

Alianças políticas matrimoniais na

Idade Média

Maria Filomena Coelho (Org.)



Coleção *Medioevum*

Organizadores: Maria Filomena Coelho

Ilustração de capa: *A Bridal Couple*, c.1470, óleo sobre painel, The Cleveland Museum of Art.

Título: Alianças Políticas Matrimoniais na Idade Média.

Volume: 1

Autor: VVAA

Local: Brasília

Editor: Selo Caliandra

Ano: 2023

Coleção: *Medioevum*

Parecerista: Marcelo Pereira Lima

Editoração e revisão: Maria Filomena Coelho e Geovane Cardoso Dias Sousa

Capa: Geovane Cardoso Dias Sousa

Produção: *Medioevum*



Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International (CC BY-NC-ND 4.0)

SUMÁRIO

Apresentação

Maria Filomena Coelho..... 6

1. As “bodas historiográficas” de Urraca de Leão e Castela (séc. XI-XII)

Ana Beatriz Sales Sobral..... 9

2. Teresa de Leão e seus casamentos: história e historiografia (séc. XI-XII)

Juliana Silva Santos..... 30

3. O coração do corpo: uma análise do modelo matrimonial nas *Siete Partidas*, de Alfonso X (séc.XIII)

Dayane Faria de Souza..... 53

4. Casar para acrescentar a linhagem: leis e costumes nas *Siete Partidas* (séc. XIII)

Amanda Oliveira de F. Junqueira..... 90

5. Casar para reinar: os enlaces políticos de Eleonor da Aquitânia (séc. XII-XIII)

Letícia Lopes de Santana..... 110

6. Casamentos políticos e poder feminino: as estratégias matrimoniais de Leonor e Berenguela de Castela (séculos XII-XIII)

Sophia Nery Mourão..... 146

7. A princesa de muitos noivos: os acordos matrimoniais de Isabel, a Católica

Yohanna Lima Japiassu Amaro..... 187

8. Representações políticas do matrimônio de Juana de Castela e Felipe de Habsburgo (séculos XV-XVI)

Marcos Vinícius Marinho Fernandes..... 228

APRESENTAÇÃO

Este livro é o belo resultado de um projeto, iniciado em 2015, com o objetivo de acolher pesquisas de iniciação científica para estudar os casamentos régios e nobiliárquicos na Idade Média, sob a perspectiva da História Política. Este campo tem estimulado nos últimos tempos abordagens que renovam a percepção dos historiadores relativamente ao poder, ao direito e às instituições.

O casamento, na qualidade de alicerce da sociedade cristã, adquire papel importante nas relações políticas dos diferentes reinos, bem como na estruturação de uma intrincada rede de solidariedades e fidelidades políticas nobiliárquicas e monárquicas. Assim, o projeto de pesquisa intitulado “Alianças políticas matrimoniais na Idade Média” pretendeu analisar alguns enlaces dentro do contexto em que foram gestados, de forma a perceber como os atores políticos envolvidos estabeleciam as alianças, e a compreender as lógicas adotadas numa dinâmica de cenários em construção, cujos resultados eram imprevisíveis.

A perspectiva sobre “o político” e “a política” adotada pelos jovens historiadores, que assinam os oito capítulos que compõem a obra, revelou-se extremamente profícua, na medida em que permitiu, por um lado, entrelaçar a concepção de matrimônio elaborada pelas sociedades medievais ao modelo social e político que lhe dava forma, e, por outro, identificar as diversas maneiras pelas quais as circunstâncias e interesses do cotidiano iam modulando aquela idealização. O casamento emerge, em cada um dos trabalhos, como instituição fundante, mas com suficiente elasticidade e plasticidade para traduzir a vida social e política.

O desenvolvimento dos trabalhos foi realizado no âmbito do grupo de estudos de história medieval da Universidade de Brasília (UnB) – atualmente,

Medioevum - que propicia a seus membros um ambiente de trocas intelectuais e acadêmicas, com permanente discussão dos resultados das pesquisas, integrando alunos da graduação e da pós-graduação. Tal experiência permite a elaboração conjunta de uma grade teórica e metodológica, essencial para a capacitação de futuros historiadores com apurada competência para refletir criticamente sobre o caráter construtivo da interpretação do passado. Dessa maneira, os frequentes seminários internos de debate são importantes etapas, em que se analisam a conveniência e a operatividade de teorias e metodologias adotadas, para responder aos problemas formulados pelos projetos individuais.

Em termos metodológicos, os trabalhos aqui reunidos têm em comum uma preocupação central relativamente às formas – documentais e historiográficas - das narrativas. No que respeita às fontes primárias, a variedade é grande: crônicas, compilações jurídicas, leis canônicas, tratados, correspondências, poemas, pinturas. Cada uma dessas tipologias documentais foi considerada com especial atenção sobre as maneiras como se supunha que elas deveriam se configurar e, principalmente, como deveriam “falar”.

Assim, os conteúdos, em termos de informação e mensagem, receberam tratamento adequado de modo a não serem ingenuamente incorporados à interpretação. No tocante à historiografia, atribuiu-se grande importância à tarefa de identificar as principais tradições interpretativas – tanto em trabalhos de síntese histórica como de caráter monográfico – com o intuito de desnaturalizar a percepção e o conhecimento sobre “formas do passado”, amplamente difundidas, inclusive em nível escolar. Essa análise revelou-se importante, principalmente devido ao viés institucionalista pelo qual o casamento tem sido estudado, mostrando a necessidade de analisá-lo numa perspectiva política renovada. Outro aspecto significativo criticado neste livro refere-se à forte tendência historiográfica em avaliar a eficácia dos casamentos régios a partir dos efeitos históricos já conhecidos, ou seja, sob espécie de “teleologia retrospectiva”.

A obra está organizada pela cronologia das personagens e seus casamentos. Mas é interessante notar também o entrelaçamento entre temas e autores. Os

capítulos agrupam-se aos pares. Os dois primeiros abordam, respectivamente, os casamentos das irmãs Urraca e Teresa de Leão, de autoria de Ana Beatriz Sobral e de Juliana Santos. Os seguintes, escritos por Dayane de Souza e por Amanda Junqueira, estudam a concepção do matrimônio nas *Siete Partidas*. O quinto e o sexto, de Letícia Santana e de Sophia Mourão, analisam os enlaces matrimoniais de Eleonor de Aquitânia, de sua filha, Leonor, e de sua neta, Berenguela de Castela. Os últimos capítulos, produzidos por Yohanna Amaro e Marcos Vinícius Fernandes, examinam os noivados e o casamento de Isabel, a Católica, e o de sua filha, Juana, a Louca. Tal configuração decorre da sinergia entre os autores, propiciando a escolha de temas comunicantes que se converteram em problemas de pesquisa comuns. Para além do adensamento dos resultados acadêmicos e intelectuais, o trabalho em conjunto estreitou também laços de amizade.

Brasília, 03 de janeiro de 2023.

Maria Filomena Coelho

7

A princesa de muitos noivos: os acordos matrimoniais de Isabel, a Católica

Yohanna Lima Japiassu Amaro

Isabel, a Católica, é um personagem histórico de grande fama e envergadura, cujos feitos repercutem até os dias de hoje. A historiografia e a literatura em geral que se dedicam a estudá-la costumam acentuar alguns fatos da trajetória de Isabel como determinantes, inclusive, para a história do Ocidente, como a descoberta da América e a expulsão dos muçulmanos da Península Ibérica, com a conquista de Granada. Outro fato importante, com características de “origens”, sem o qual a Espanha do início da Idade Moderna não teria alcançado os níveis de grandeza conhecidos, é o casamento com Fernando, que permitiu a união das coroas de Castela e de Aragão. A forma como esse casamento é normalmente apresentado sugere que se tratava de uma espécie de destino manifesto: Isabel e Fernando encarnam a inevitabilidade da história. Mas, antes disso, a infanta e, depois, princesa de Castela esteve prometida a diversos noivos. Se qualquer desses noivados tivesse terminado em casamento, certamente isso teria modificado profundamente a história de Castela, de Aragão, da Espanha... Assim, a proposta deste trabalho é estudar as alianças matrimoniais que tiveram por protagonista aquela que viria a ser a rainha Isabel, a Católica.

Embora Isabel seja extremamente conhecida, é importante apresentar seus dados biográficos. Fruto do segundo casamento do rei Juan II de Castela com

Isabel de Portugal, nasceu em 22 de abril de 1451, em Madrigal. Casou-se em 19 de outubro de 1469 com Fernando de Aragão, e subiu ao trono, em 13 de dezembro de 1474. O casal teve cinco filhos, sendo a terceira filha, Juana, *la Loca*, a herdeira do trono. Em 1496, Isabel e Fernando receberam do Papa Alexandre VI o título de Reis Católicos, que acrescentou grande fama à coroa da Espanha. Isabel também foi pessoalmente responsável por financiar as viagens de Cristóvão Colombo, o que iria catapultar o reino a uma dimensão política e econômica antes inimaginável. Isabel faleceu em Medina del Campo, em 26 de novembro de 1504, aos 53 anos. Foi rainha de Castela por três décadas, e por vinte e seis anos foi rainha consorte de Aragão, ao lado de Fernando.

Com o objetivo de compreender o que as alianças matrimoniais significavam e como se realizavam, recorreu-se às crônicas disponíveis sobre o período,¹ bem como à historiografia especializada.² As crônicas permitem, principalmente, analisar as posições dos principais personagens que participaram da vida de Isabel, da infância, à idade adulta, e as estratégias narrativas utilizadas pelos cronistas para explicar as escolhas matrimoniais que se iam concertando. A historiografia é importante como fonte de informação sobre o período, mas também, para entender como os historiadores trabalham com esses

¹ CRÓNICA *incompleta de los Reyes Católicos*. (Anónima). Madrid: Academia de la Historia, 1934. ENRÍQUEZ DEL CASTILLO, Diego. *Crónica de Enrique IV*. Valladolid: Edición de Aurelio Sánchez Martín, 1994. MARTÍN DE CÓRDOBA, Fray. *Jardín de Nobles Donzellas*. Madrid: Ed. Fernando Rubio, 1964. PALENCIA, Alonso de. *Crónica de Enrique IV*. Biblioteca Digital de Castilla y León. Disponível em: <https://bibliotecadigital.jcyl.es/es/consulta/registro.cmd?id=3711>. Acesso em: 2 jul 2017. PULGAR, Fernando del. *Crónica de los señores reyes católicos Don Fernando y Doña Isabel de Castilla y Aragón*. Madrid: BAE, vol. 70, 1953. ALFONSO X. *Las Siete Partidas*. Manuscrito. Biblioteca Digital Mundial-Biblioteca Nacional de España. Disponível em: [<https://www.wdl.org/es/item/10642/>]. Acesso em: 2 jul 2017. REAL ACADEMIA ESPAÑOLA: Banco de datos (CORDE). *Corpus diacrónico del español*. Disponível em: <http://www.rae.es>. Acesso em: 2 jul 2017. DESCOSU, Celse-Hugues. *Las leyes de todos los reynos de Castilla abreniadas y reduzidas en forma de Reportorio decisiuo por la orden del A.B.C*. Madrid: Casa de Iuan de Brocar, 1540.

² AZCONA, Tarsicio de. *Isabel la Católica, Vida y reinado*. Madrid: La Esfera de los Libros, 2014. FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, Manuel. *Isabel la Católica*. Barcelona: Espasa, 2014. RUBIN, Nancy. *Isabel de Castilla*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1991. DEL VAL VALDIVIESO, María Isabel. Isabel la Católica y la educación. *Aragón en la Edad Media*, n. 19, 2006, p. 555-562. _____. La sucesión de Enrique IV. *Revista Espacio, Tiempo y Forma*, S III, 1991, p. 43-78. _____. Isabel la Católica, una mujer para el trono de Castilla. *Memòries de la Reial Acadèmia Mallorquina d'estudis genealògics, heràldics i històrics*. N° 14, 2004. MANZANO MORENO, Eduardo. *Historia de España*. Épocas medievales. vol 2. Madrid: Marcial Pons, 2010. SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís. *Historia de España*. Edad Media. Madrid: Editorial Gredos, 1970.

“quase” acontecimentos na escrita da história. A decisão de iniciar uma pesquisa sobre as possibilidades matrimoniais que se apresentaram a Isabel, antes de seu casamento com Fernando de Aragão, decorreu da constatação de que, na verdade, a historiografia pouco falava sobre o tema, o que acabou, em geral, se confirmando também nas fontes primárias estudadas, embora não na mesma intensidade.

É através do mapeamento, da análise e comparação de todo material medieval e contemporâneo que se poderá entender como uma infanta não cogitada para a sucessão ao trono conseguiu adentrar nas redes de negociações políticas e lograr um futuro esplêndido: casar-se com quem desejava e, juntamente com seu esposo, serem os famosos Reis Católicos.

É necessário ressaltar a relevância de se refletir sobre a tipologia das fontes selecionadas, pois cada uma delas apresenta diferenças marcantes quanto aos limites e possibilidades de análise. As crônicas tinham como objetivo relatar a história de seu protagonista. Por serem escritas para exaltar a trajetória de um nobre, laico ou religioso, é muito comum verificar a supressão, e/ou aumento de detalhes, usados, inclusive, como forma estética e política. Porém, essas narrativas são úteis e fundamentais para evidenciar, entre outras coisas, os modos de representação de sua época; negociações políticas, informações sobre localidades, personagens, etc. As crônicas fornecem uma série de informações que, em geral, são bastante confiáveis, desde que se leve em consideração que foram escritas sobre e para alguém. Elas não são meramente literatura; são, também, história.

Com o auxílio principalmente das crônicas e da bibliografia contemporânea, almeja-se compreender como se estabelece a relação entre o casamento e a política, com base no caso concreto de Isabel, a Católica, aproveitando também para entender como ela se torna uma figura de destaque num contexto acentuadamente masculino.

Projetos de casamento

Boa parte das narrativas dos cronistas e dos trabalhos realizados por pesquisadores que estudam Isabel de Castela centra-se, principalmente, nos re-

sultados que a Espanha alcançou por meio do casamento com Fernando de Aragão, ou seja, no reinado dos Reis Católicos. Portanto, uma união entendida como destino manifesto da grandeza espanhola, por meio da união entre as duas coroas, e do início de uma nova era: a Idade Moderna. Mas, quando se analisa a história com mais cuidado, se percebe que as possibilidades matrimoniais de Isabel, antes da entrada em cena de Fernando, foram várias, o que teria resultado num desfecho muito diferente. Entretanto, os historiadores não parecem dar atenção a essas alternativas, preferindo olhar para o passado como uma questão acabada.

Todos os autores analisados, em algo concordam: Isabel, embora não tivesse sido cogitada como sucessora ao trono desde os primórdios, foi uma rainha incrível e a opção de seu nome era a melhor entre todas as possibilidades da época. Isabel, como um fato consolidado, é considerada como uma das maiores personagens da história dos séculos XV e XVI, a maior da Península Ibérica. Para a historiografia, ela nasceu destinada a entrar para a história como grande monarca, justa e com grandes capacidades políticas. Também é recorrente que a historiografia destaque o incentivo que a monarca deu às artes em geral, bem como aos estudos acadêmicos e à produção literária, tornando-se conhecida posteriormente como a primeira mecenas da Espanha.

Criação, educação, virtudes

Logo nas primeiras páginas de seu livro, *Isabel la Católica*,³ Tarsicio de Azcona compara a protagonista a um grande edifício, do qual seria importante analisar com detalhe a fachada para só depois se deter no interior e nos detalhes. O fio condutor da narrativa de Azcona são as virtudes de Isabel, ressaltando-se as inúmeras qualidades, principalmente as de caráter espiritual, o que permitiria comprovar a sua grandiosidade. Para o autor, “Isabel foi um exemplo de príncipe perfeito em mulher”.⁴ Ela possuía e exercia com destreza os binômios justiça-misericórdia, temor-amor. Isabel sabia balanceá-los de acor-

³ AZCONA, *op. cit.* O autor é frade capuchinho, o que talvez explique o viés da interpretação.

⁴ *Ibidem*, p. 22.

do com as necessidades, característica muito admirada e desejada, pelo que era considerada excelente monarca.

Outra característica recorrente nos trabalhos analisados é a obediência a Deus, ressaltada como submissão ao marido, em seu papel de esposa cristã, mesmo que na realidade Isabel possuísse um poder político muito maior que o do marido, pelo menos nos primeiros anos de casamento.

Manuel Fernández Álvarez, em seu livro, *Isabel la Católica*,⁵ considera a rainha como maior personagem da história espanhola, que reinou com sabedoria e protagonismo, talvez superiores aos de Fernando. Porém, ao analisar as crônicas, Fernández não deixa de abordar as partes tristes e “polêmicas” da vida da grande monarca, como, por exemplo, as traições do marido. O autor considera virtude a resiliência de Isabel às adversidades. Era esperado da boa cristã o controle dos humores, tão “característicos” das mulheres. Ao final, Isabel sabia como atuar tanto no plano religioso quanto no político, que nunca deixou de ser o mesmo.

Nancy Rubin, em *Isabel de Castilla*, apesar de demonstrar grande admiração pela personagem, apresenta uma narrativa fundamentada nas fontes documentais. Diferentemente dos outros autores analisados, - que muitas vezes reproduzem uma perspectiva descritiva -, Rubin é americana, especialista em história social, história das mulheres e biografias. Seu texto é envolvente, com fortes características literárias. Entretanto, o livro transmite certa “sobriedade”, talvez devido à maneira como recorre aos documentos. Isabel é retratada desde muito jovem com inclinações aos “sentimentos públicos e às antigas leis castelhanas”.⁶

É muito comum nos trabalhos historiográficos isabelinos fazer-se uma breve explanação sobre a origem e a educação da princesa. Um nome que desponta em relação a este aspecto é Frei Martín de Córdoba, pois além de ter sido tutor de Isabel e Alfonso por muito tempo, escreveu talvez o primeiro “manual de princesa” da Baixa Idade Média: *Jardín de Las Nobles Donzellas*. Isabel, imediatamente após ser reconhecida como herdeira ao trono, recebeu

⁵ FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, *op. cit.*

⁶ RUBIN, *op. cit.*, p. 61.

de presente esse manual de conduta, frequentemente utilizado como prova da sua boa educação. *Jardín de Las Nobles Donzellas* encaixa-se no gênero literário ‘espelho’, muito comum no medievo, principalmente na Baixa Idade Média, que servia para orientar as ordens sociais superiores sobre moral e conduta. Esses livros eram produzidos no seio da nobreza, quase sempre da autoria de homens da igreja. Os ‘espelhos de príncipes’ mais famosos foram destinados a infantes, príncipes e reis.

O monarca na sociedade medieval era a cabeça de um corpo político, o reino, cujas diversas partes se constituíam pelos membros das ordens superiores e inferiores. Em seu papel de cabeça, o monarca deveria ser bom governante, caso contrário provocaria a desordem no resto do corpo. Portanto, deveria se apegar às virtudes e ensinamentos cristãos e dar exemplo, para que o funcionamento do corpo fosse saudável. O monarca era o espelho para e de seu povo.⁷

Os espelhos de príncipes (no caso, de princesas) eram grandes reflexões sobre diversas facetas do exercício do poder. De acordo com o peso que a tradição possuía na sociedade medieval, era necessário que as condutas do monarca fossem vistas como perfeitas, e os ensinamentos que os espelhos de príncipes ofereciam permitiam que aquele que comandava e ordenava o corpo encontrasse nesses textos orientações teóricas para melhor governar. Porém, é importante ressaltar que as imagens do ‘príncipe ideal’ se alteravam⁸ com o passar do tempo, pois todo rei que subia ao trono era cercado de novos conselheiros, novas demandas, aspirações, em novos cenários políticos. Os espelhos tinham, portanto, fortes conotações políticas, utilizados para fins diversos, como para assegurar a legitimidade do monarca, ou de seu herdeiro, e angariar apoio aos seus projetos ou às mudanças necessárias. Os espelhos

⁷ Sobre os poderes régios no final da Idade Média, ver por todos: HESPANHA, António Manuel. *História das Instituições*. Épocas medieval e moderna. Coimbra: Ed. Almedina, 1982, p. 302 – 331.

⁸ No livro de Baltassare Castiglione, *Il Cortegiano*, escrito no primeiro quarto do século XVI, desenvolvido numa espécie de diálogo entre elementos da corte de Urbino, presidido pela duquesa Elisabetta Gonzaga, esposa do duque adoentado, registra-se um tipo de brincadeira, na qual se delineia o que seria um bom cortesão: passava-se a noite inteira conversando e, mesmo num pequeno grupo, não se conseguia chegar ao ideal, pois as opiniões e ideias eram muitas e díspares. CASTIGLIONE, Baldassare. *O cortesão*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

castelhanos apresentam muitas características ideológicas das *Siete Partidas*,⁹ um dos *corpora* jurídicos mais importantes de Castela e da Península Ibérica, no qual se ordena o conjunto da sociedade, de acordo com os princípios da justiça e da moral cristãs.

A produção normativa, administrativa e comportamental foi intensa no reino de Castela. O período de maior produção de literatura especular foi justamente o reinado de Isabel e Fernando,¹⁰ inclusive de traduções europeias e orientais, uma tradição que se estende até a Idade Moderna castelhana. As bibliotecas eram suntuosas, e percebe-se que não era apenas uma forma de demonstrar prestígio e poder, mas, sobretudo, um interesse genuíno em adquirir conhecimento, não apenas pelos príncipes, mas também pela corte, com uma difusão que acabava por alcançar e outros segmentos menos favorecidos socialmente.¹¹

Apesar da importância que os temas da educação tinham no final da Idade Média, não se dispõe de muitas informações sobre a educação de Isabel durante a infância e o início do que, atualmente, se considera a adolescência. Manuel Fernández Álvarez, em seu livro *Isabel, La Católica*, tenta rapidamente resolver a questão, afirmando que por tratar-se apenas de uma infanta não cogitada, de fato, para a sucessão do trono, os cronistas não deram importância a essa fase,¹² bem como não se conservaram registros paroquiais da pequena.

As lacunas sobre a infância de Isabel não serão esclarecidas neste estudo, mas é necessário mostrar e aproximar essa omissão do silêncio que também se comprova em relação aos tratados matrimoniais que envolveram a futura rainha, para tentar romper o mito perpetuado em muitas narrativas, de que ela estava, desde o nascimento, destinada a casar-se com Fernando de Aragão e a unir as duas coroas.

⁹ NOGALES RINCÓN, David. *Los Espejos de Príncipes en Castilla (siglos XIII-XV): un modelo literario de la realeza bajomedieval*. Madrid: Universidad Complutense, 2006, p. 30.

¹⁰ *Ibidem*, p. 11.

¹¹ SALVADOR MIGUEL, Nicasio. *Isabel la Católica y el patrocinio de la actividad literaria*. Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes. 2006. DEL VAL VALDIVIESO, María Isabel. *Isabel la Católica y la educación*. Valladolid, Aragón en la Edad Media, 2006.

¹² *Ibidem*, p. 70.

Noivos de muitos destinos possíveis

Pouco se escreveu sobre as negociações de casamento de Isabel, e as informações recolhidas para este trabalho foram obtidas em diversos lugares, de forma a conseguir um panorama político mais completo, que será aprofundado adiante.

Nas fontes primárias medievais é compreensível que se omitam diversas informações, bem como se notem imprecisões cronológicas. Sobretudo nas crônicas, que tinham objetivos políticos muito claros, era comum formatar o passado de maneira a atender as necessidades do presente. Assim, no que se refere aos acordos de casamento de Isabel, não há uma concordância entre as fontes. Porém, esses mesmos aspectos são perceptíveis na historiografia, ressaltando-se as diferenças entre os autores que falam dos acordos matrimoniais da princesa, o que causou dificuldades para identificar a totalidade dos noivos e estabelecer a cronologia dos noivados. Ao todo, foi possível reunir o nome de seis pretendentes: Fernando de Aragão, Carlos (Príncipe de Viana), Afonso V de Portugal, Pedro Girón, Carlos de Valois, e Ricardo III da Inglaterra.¹³

Como resultado do trabalho de pesquisa, apresenta-se, a seguir, uma tabela que permite visualizar os noivados considerados por cada um dos historiadores estudados.

¹³ Manuel Fernández Álvarez cita que Luís XI da França manifestara vontade de que um de seus filhos contraísse matrimônio com Isabel, mas sem esclarecer a identidade. O nome que aparece como pretendente partidário da França, na historiografia analisada, é o de Carlos de Valois, irmão do monarca. Na época era comum considerar o herdeiro da coroa como filho, mesmo sem esse laço biológico concreto, como pertencente à mesma linhagem. Porém, não se pode afirmar isso com precisão, e o autor tampouco esclarece a questão. Ao pesquisar a descendência da casa real francesa, e cruzando com as datas da Concórdia e dos nascimentos dos infantes franceses, o único nome possível seria o de Luís, que nasceu em 1467 e não chegou a completar um ano. O outro poderia ser Carlos III, porém, este só nasceu no ano seguinte às bodas da princesa. Enfim, não se conseguiu solucionar a questão.

Tabela 1 – Incidência dos noivados de Isabel por autor

	Fernando de Aragão	Carlos de Viana	Pedro Girón	Afonso V de Portugal	Carlos de Valois	Ricardo III da Inglaterra
M. Isabel del Val Valdivieso	X	X		X	X	X
Manuel Fernández Álvarez	X		X	X		X
Nancy Rubin	X	X	X	X		
Tarsicio de Azcona	X			X		
Eduardo Manzano	X					
Luís Suárez Fernández	X	X		X		

Ao longo da Idade Média casavam-se infantes, infantas, príncipes e princezas de Castela com os de Portugal ou de Aragão, numa renovação de acordos de paz constantes. Então, tal como se depreende da tabela, os principais pretendentes de Isabel seriam o príncipe aragonês, Fernando, e o rei português, Afonso V de Portugal. Em meio à crise política no reinado de Enrique IV, o primeiro representava o partido antagônico ao monarca e o segundo o favorável. Embora muito se fale desses grandes pretendentes, houve outros, cujos acordos quase terminaram em casamento.

Os filhos do segundo matrimônio de Juan II de Castela, Isabel e Alfonso, desde muito pequenos foram cogitados como peças para o estabelecimento de laços políticos com outros reinos. María Isabel del Val esclarece que ambos os infantes, num acordo cruzado, foram prometidos aos filhos do rei navarro-aragonês: Fernando e Juana. Este acordo foi firmado em 1458, durante o conflito de sucessão ao trono aragonês,¹⁴ quando Enrique se comprometeu a permanecer contra o partido de Carlos, Príncipe de Viana, filho e antago-

¹⁴ Carlos III, pai de Juan II, deixa em seu testamento que a sucessão ao trono pertencia a Carlos. Porém, neste momento, não cabe detalhar este conflito.

nista de Juan II de Aragão. Todavia, o cenário modificou-se muito rapidamente, e como ocorria em negociações medievais, o acordo foi desfeito.

Luís Suárez Fernández oferece mais detalhes sobre a razão dessa dissolução. Juan II de Aragão teria apoiado a Liga Nobiliária castelhana, o que levou Enrique a oferecer Isabel em matrimônio ao Príncipe de Viana. Em 1460, Juan II opôs-se a essa união tão indesejada e acusou o filho de traição, prendendo-o em seguida. Em setembro de 1461, Carlos morreu decorrente de tuberculose.

Nancy Rubin afirma que a primeira tentativa para casar Isabel ocorreu em 1462, aos onze anos de idade.¹⁵ Enrique IV e Afonso V encontraram-se em Gibraltar, e entre os assuntos tratados naquela conferência discutiu-se o interesse do rei português no matrimônio com a jovem infanta. Porém, Isabel declarou a seu meio-irmão Enrique e a sua mulher, Joana, irmã de Afonso V, que não se casaria com este.

Azcona cita com brevidade esse acontecimento, mas afirma que somente em setembro de 1465 teria ocorrido, de fato, a primeira intenção de boda da infanta com Afonso V. A rainha Joana teria ido até a cidade da Guarda, para encaminhar pessoalmente as negociações, a ponto de se firmar e selar um extenso protocolo ainda naquele mês. Contudo, no embate castelhano, representado pelo jovem Alfonso *versus* Enrique, o partido alfonsino perdia forças militares, ocasionando uma trégua de aproximadamente seis meses. Tempo hábil para se romperem os planos de casamento. Deste acontecimento, o autor salta para o noivado e casamento de Isabel e Fernando, dedicando várias páginas a essa união, sem citar qualquer outro pretendente ou acordos ao longo do caminho.

No ano seguinte, terminada a trégua, Isabel volta a fazer parte dos acordos. A Liga Nobiliária exigia que Enrique enviasse a infanta para junto da mãe, ou para Segovia, caso ele ainda desejasse tê-la sob custódia.¹⁶ O plano político era cada vez mais favorável a Isabel. Manuel Fernández Álvarez afirma que

¹⁵ Isabel nascera em abril de 1451, então deduz-se que a autora esteja falando de 1462. Tarsicio de Azcona e María Isabel del Val, em seus respectivos trabalhos, apontam que esta reunião em Gibraltar só ocorreu em 1464.

¹⁶ FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, *op. cit.*, p. 103.

Enrique não deixou de utilizar a irmã em seu favor, prometendo-a em matrimônio a um dos grandes nobres, Pedro Girón, irmão de Juan Pacheco. Já Nancy Rubin aborda tal fato de forma diferente. Após muitos dias de discussão, foi decidido, em conjunto, que aquele matrimônio se realizaria em troca da obediência de Pacheco e de Girón, e, desta forma, se solucionava a querela e se concretizava a utilidade política da jovem. María Isabel del Val aponta que a intenção daquele enlace originara-se na vontade do líder da Liga, o Marquês de Villena, Juan Pacheco. De qualquer forma, os autores convergem ao tratar da receptividade de Isabel: é nula, embora aceite seu destino com grande pesar. Já havia entrado na puberdade e aos quinze anos poderia ser oferecida em casamento. Não tinha apoio firme de ninguém para salvá-la; os dois partidos, naquele momento, se uniam. Girón, por ser também Mestre de Calatrava, tentou conseguir uma bula que o dispensasse dos votos e, então, parte ao encontro de Isabel. Porém, no caminho encontra outro personagem mais poderoso, a própria morte.

Na cronologia de Manuel Fernández, o seguinte candidato aparece em 1468, entre a Concórdia de Toros de Guisando e a estada de Isabel em Ocaña. O autor crê que o plano de Pacheco era afastar Isabel do jogo político, casando-a com Afonso V. Logo, não seria um problema que ela fosse declarada princesa herdeira, pois seria, ao mesmo tempo, consorte do rei português. E este teria sido um dos motivos que levaram Isabel a fugir de Ocaña, revelando que, aos dezoito anos, a princesa começava a ter protagonismo e voz. Deve-se salientar que, na narrativa de Fernández, Afonso V sempre aparece como opção matrimonial para o partido de Enrique e de Pacheco, enquanto Fernando de Aragão se perfila como o candidato ideal para a própria Isabel e seu apoio mais recente, o Arcebispo de Toledo, Alonso Carrillo.

De acordo com María Isabel del Val, a bula de dispensa da consanguinidade de Afonso V e Isabel foi emitida no ano seguinte, em abril de 1469, seis meses antes do casamento da princesa com Fernando. E, por esse motivo, a historiografia, apoiada nas crônicas, ressalta a insistência de Isabel para que Fernando chegasse logo a Castela, de forma a realizarem o casamento com urgência. Ademais, somava-se o interesse do rei Luís da França, que desejava

se aliar a Castela para combater a Inglaterra, e com esse objetivo enviara uma embaixada francesa a Isabel, ao mesmo tempo em que tentava convencer o Papa a não dispensar os noivos da consanguinidade que também os unia.

Já Nancy Rubin afirma que Enrique desistiu da boda da princesa com Afonso no inverno de 1469. Pacheco, então, tentou encontrar outro pretendente, e por comunicações secretas com o rei Luís XI, planejou o enlace da princesa castelhana com o irmão mais novo do rei, Carlos, Duque de Berry. O monarca francês tinha grande interesse em unir forças com Castela para derrubar seu inimigo aragonês, Juan II, que ele apelidara, o Lobo. Este projeto não prosperou, pois Isabel fugiria de Ocaña meses depois. A autora justifica a fuga pelo cansaço da princesa em viver no meio de espiões e informantes, aguardando que os acordos selados em Toros de Guisando fossem cumpridos pelo irmão. E o principal: Isabel havia se comprometido secretamente com Fernando, em janeiro daquele mesmo ano.

Em agosto, Isabel já estava em Madrigal quando recebeu uma visita inesperada: a embaixada do rei Luis XI: “*El 8 de agosto su rígido séquito transpuso las altas puertas de piedra de Madrigal y se presentó en el palacio real, donde Isabel residia junto con su madre*”.¹⁷ Foi uma surpresa, pois ela não sabia que Enrique conhecia seu paradeiro, uma vez que não respondia suas cartas. O embaixador era o cardeal Geoffroy, que havia rastreado Isabel após uma conferência com Enrique,¹⁸ o qual insistiu que o eclesiástico se reunisse com a princesa. O cardeal usou sua vasta oratória para tentar convencer Isabel sobre aquele enlace francês, apelando fortemente à tradição. Recordou-lhe que seu pai, Juan II, havia sido amigo da França, e que certamente reprovava o enlace com Afonso V e com Fernando de Aragão, pois o primeiro já tinha herdeiros da idade da princesa e o outro era filho de um velho inimigo, Juan II de Aragão.

De todos os historiadores analisados, María Isabel del Val é quem cita mais pretendentes, embora sem detalhar os acontecimentos. Entretanto, em um dos artigos de sua autoria explana brevemente algumas destas movimenta-

¹⁷ RUBÍN, *op. cit.*, p. 118.

¹⁸ Esta conferência é citada em Palencia e em Fernando del Pulgar. PALENCIA, *op. cit.*, Tomo II, Década II, Livro I, Capítulo IX. PULGAR, Fernando del. *Crónica de los señores reyes católicos Don Fernando y Doña Isabel de Castilla y Aragón*. Madrid: BAE, vol. 70, 1953, p. 238.

ções, sendo a única a registrar a proposta de Ricardo III da Inglaterra. Na abordagem da autora, Isabel adquire grande protagonismo nas negociações políticas, em torno de seus possíveis casamentos.

Ainda sobre as pretensões da Inglaterra, Manuel Fernández Álvarez refere que após ser alçada a herdeira do trono castelhano, durante a Concórdia de Toros de Guisando, Isabel passou a ser considerada uma noiva ideal para as casas reinantes da França e da Inglaterra, e que Aragão, anos antes, também já havia manifestado interesse.¹⁹ Para o autor, o rei Luís XI desejava assegurar sua posição externa, após ser o conciliador entre Castela e Aragão, casando seu filho -que não nomeia- com a princesa castelhana. Em relação à Inglaterra não acrescenta mais informações, mesmo reservando várias páginas da biografia da rainha, exclusivamente para “*los pretendientes de la Princesa*”. Logo em seguida, sem mais explicações, inicia uma narrativa voltada a legitimar Fernando como um bom partido, “pois era o pretendente mais idôneo para Isabel”.²⁰

Como se depreende da forma como os autores apresentam os fatos que rodeiam as alianças matrimoniais de Isabel, é difícil estabelecer uma cronologia. A tabela a seguir tenta apresentar um resumo do problema:

¹⁹ Isabel e seu irmão Alfonso aparecem na crônica de Palencia como parte de uma reconciliação de Enrique com Juan II de Aragão. Não se conhece a data, apenas que ocorreu antes do novo matrimônio de Enrique com Joana de Portugal, realizado em 1455, e depois do nascimento da infanta aragonesa de mesmo nome, nascida em 1454.

²⁰ FERNANDEZ ÁLVAREZ, *op. cit.*, p. 125.

Tabela 2 – Cronologias propostas pela historiografia

AUTOR	PRETENDENTE	ANO
Del Val	Fernando de Aragão	1458
Del Val	Carlos de Viana	1459
Suaréz	Carlos de Viana	1460
Rubín	Afonso V de Portugal	1462
Azcona, Rubín, Fernández	Afonso V de Portugal	1465
Fernández; Rubín; Del Val	Pedro Girón, Mestre de Calatrava	1466
Fernández; Rubín	Afonso V de Portugal	1468
Del Val	Afonso V de Portugal	1469
Fernández	Filho de Luís XI da França	1468/9
Fernández; Del Val	Ricardo III da Inglaterra	1468/9
Rubín; Del Val	Carlos de Valois	1468/9
Todos	Fernando de Aragão	1468/9

O casamento é para se guardar no coração

Há conceitos recorrentes neste trabalho que carregam múltiplos significados e, em decorrência disso, é necessário analisar alguns vocábulos a fim de compreendê-los melhor no contexto da baixa Idade Média. O principal, sem dúvida, é o conceito de matrimônio.

Matrimônio, naquela época, diferentemente do significado corriqueiro e contemporâneo, é a solidificação de alianças de cunho político entre duas famílias, dois partidos, etc.. As bodas carregam o simbolismo de “selar o pacto”, para sempre. Porém, ao contrário do que essa expectativa de duração possa sugerir, a lógica dessas alianças não ignorava a possibilidade de que ocorressem mudanças futuras. Portanto, eram “para sempre”, enquanto a situação que embasou a aliança permanecesse a mesma.

Na realidade, a experiência matrimonial também está relacionada às circunstâncias particulares de cada casal. Mesmo que se tenha constituído uma

série de pressupostos e expectativas a respeito de como deve ser um matrimônio, as experiências podem variar muito (...) como resultado de interferências e reações diversas. Isso torna útil o estudo de caso na medida em que ele esclareça quais são os limites do modelo matrimonial em sua própria época.²¹

Os acordos medievais pressupunham também graus de flexibilidade, pois não havia a garantia de que o contexto daqueles acordos se conservaria, nem mesmo quando parte dos protocolos acordados tinham sido concluídos. Inclusive, Alonso de Palencia aponta essa fragilidade, ao relatar o primeiro noivado de Isabel, aproximadamente na primeira infância, com Fernando de Aragão:

Mas como tudo aquilo oferecia então pouca firmeza para as capitulares definitivas, que acima se mencionam, se separaram não sem certa alegria, a qual se fizesse se duradoura a concórdia.²²

Esse caso oferecia “pouca firmeza”, porque além dos noivos não estarem na idade certa para a realização do enlace, havia a consciência de que os panoramas políticos mudavam constantemente. Esses embates eram parte da tradição medieval. Era por meio dos conflitos, sobretudo das guerras, que os senhores se nobilitavam, reuniam riquezas, conquistavam terras e subiam ainda mais por uma espécie de escala social. A ascensão à nobreza pautava-se na habilidade de se inserir nas redes dos poderosos e pelo crescente reconhecimento público, através da demonstração diária de suas ações cristãs e virtuosas.

A sacramentalização do matrimônio, portanto, faz parte desse processo de cristianização da sociedade, no qual a igreja, na qualidade de parte integrante da aristocracia cristã, pretende colocar-se como autoridade incontornável. Entretanto, a defesa do casamento cristão será também entendida como dever do monarca, tal como se pode observar nas *Siete Partidas*, uma compilação

²¹ FERNANDES, Marcos Vinícius Marinho. *Ayuntamiento de Reyes: representações políticas do matrimônio de Juana e Felipe de Castela (séculos XV-XVI)*. 2015. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)- Universidade de Brasília, 2015.

²² *Mas como todo aquello ofrecía por entonces poca firmeza para las capitulaciones definitivas que arriba se mencionan, se separaron no sin cierta alegría, cual se hubiese de ser duradera la concordia*. PALENCIA, *op. cit.*, Tomo I, Livro IV, Capítulo IX, p. 249.

de leis realizada a mando de Alfonso X, na segunda metade do século XIII, mas com grande atualidade na época de Isabel, e ao longo da Idade Moderna. Essa fonte jurídica demonstra com muita precisão a mistura do sagrado com o profano, ou a junção entre política e religião. O matrimônio será abordado no Livro IV desse conjunto de ordenações.

A Quarta Partida é estruturada em 27 títulos, contendo 255 leis que regulam desde os noivados ou *desponsórios* (do latim, *desponsu*), “prometer em casamento⁴²”; o matrimônio e suas implicações; a linhagem legítima; os filhos bastardos; a criação dos filhos; o divórcio; as relações entre pais e filhos e muitos outros aspectos que envolviam o casamento, como o trato com os criados, servos, vassalos e a resolução de dívidas.

No prólogo, a criação divina é citada, rememorando o Gênesis, livro da Bíblia, quando o homem recebeu de Deus a honra de ter todas as criaturas a seu serviço. E, para livrá-lo da solidão, deu-lhe a maior honra de todas: a mulher, para que a tivesse como companheira e constituísse com ela, através do matrimônio, uma linhagem. Por essa razão, o matrimônio era considerado um dos mais nobres sacramentos da Igreja, por ter sido o primeiro que Deus constituía, ainda no paraíso; a base sem a qual os outros seis não se sustentariam:

Et otrosi como aquel que es mantenimiento del mundo & que haze a los onbres beuir vida ordenada naturalmente & sin pecado: & sin el qual los otros seys sacramentos non podrien ser mantenidos nin guardados. & por eso lo pusimos en medio de las siete partidas deste libro asi commo el coraçon es puesto en medio del cuerpo do es el spiritu del onbre onde va la vida a todos los miembros.²³

Desta forma, Isabel, sendo fruto de uma união matrimonial “muito virtuosa”, tornava-se ainda mais especial, para o autor da *Crónica Incompleta de los Reyes Católicos*. Ela herdara as qualidades e virtudes dos pais:

²³ BORJA, P. Sánchez-Prieto; MORENO, Rocío Díaz Moreno; BELSO, Elena Trujillo. Corpus diacrónico del español: Siete Partidas - La Recopilación. Madrid: Real Academia Española. Disponível em: Edición de textos alfonsíes en REAL ACADEMIA ESPAÑOLA: Banco de datos (CORDE) [en línea], p. 816.

Y seyendo pura hija, en las condiciones e excelências del padre, y en la virtud y castidad de la madre. Tanto que ninguna generosa nin comun donzela más extremadamente fue retrayda y cuidosa veladora sobre su honestidad y fama...²⁴

Na Idade Média recorreu-se amplamente à imagem do funcionamento do corpo humano, como medida e analogia das mais variadas dimensões da vida em sociedade. Nesse sentido, o matrimônio era, tal como o coração, um órgão fundamental, como veículo que conduzia a verdadeira vitalidade ao resto dos membros. O que era mais importante guardava-se no coração, no centro de onde emanava vida, tal como a Quarta Partida, colocada ao centro, como pilar fundamental que sustentava as outras seis.

Essa analogia fisiológica não se limitava ao coração, mas estendia-se a todo o corpo, de forma bastante hierarquizada. Na função de guiar e liderar o corpo, o rei e o papa ocupariam a função da cabeça, no plano secular e espiritual, respectivamente. Os braços e mãos, a nobreza e o alto clero, detinham a responsabilidade de proteger militarmente e espiritualmente o restante, e as pernas e pés seriam todos aqueles que não pertenciam às ordens superiores e, conseqüentemente, mais nobres: os trabalhadores que sustentariam “fisicamente” toda estrutura corporal, cada qual com sua incumbência; não se misturariam as funções, pois isso acarretaria desordem.

Se um ou mais membros fossem mutilados, o corpo inteiro sofreria a perda, ainda que pudesse funcionar, mesmo de forma defeituosa. Entretanto, a perda da cabeça seria fatal para a sobrevivência do corpo, demonstrando a impossibilidade de que o corpo político pudesse prescindir do rei ou do papa. Por meio da cabeça, com sua função de governar, o corpo era conduzido à salvação, destino natural da cristandade. Portanto, os líderes tinham também o dever de conduzir o povo à salvação, através de seu exemplo. Tal como referido, os diversos espelhos de príncipes/princesas escritos durante a Idade Média tinham o intuito de orientar os comportamentos daqueles que eram responsáveis pelos destinos dos cristãos. A proximidade entre os princípios

²⁴ CRÓNICA *incompleta...* *op. cit.* p. 78.

defendidos pelos espelhos de príncipes (e princesa, neste caso) e as *Siete Partidas* é muito estreita.²⁵ Frei Martín de Córdoba aponta tais preceitos:

*Nota pues la princesa ha en tal manera de ordenar sus condiciones: que algunas sean buenas por respecto a dios, otras por respecto de si misma e otras por respecto del Pueblo que rige. (...) Pues si la princesa es bien ordenada al pueblo subdito no quedara nada enella desordenado.*²⁶

Outra fonte documental analisada é parte de uma coleção produzida, em 1567, durante o reinado de Juana, a Louca, e de Felipe I: *Las Leyes de todos los reynos de Castilla*, conhecido como Recompilação, que também tinha por objetivo compilar as leis registradas em manuscritos, da época de Alfonso X até os Reis Católicos. Através da união da antiga legislação e da tradição, pretendia-se fazer as alterações necessárias dos conceitos políticos daquele momento. Tratava-se de uma modernização fundamentada na tradição. A obra é dividida de forma semelhante a um dicionário de verbetes, facilitando a orientação do leitor.

Em “*marido y muger*”,²⁷ estão listados os deveres e direitos entre os cônjuges; financeiros, espirituais e jurídicos. Já em “*matrimonio*”, assim como nas *Siete Partidas*, reafirma-se que o próprio Deus no Paraíso havia estabelecido aquele sacramento, atribuindo ao homem e à mulher a função de gerar filhos para povoar e dominar a Terra. Em geral, a narrativa e os pontos são muito próximos da Quarta Partida, pois os itens elencados são referenciados pelas leis afonsinas, demonstrando que no que concernia o matrimônio, as leis não tiveram mudanças significativas. Assim, repetem-se, em ambas as fontes: a constituição de linhagem; contração de matrimônio por consentimento de ambas as partes; fidelidade eterna após o matrimônio consumado; fim das relações incestuosas e repartição de tarefas de acordo com o gênero.

²⁵ NOGALES RINCÓN, *op. cit.*, p. 30.

²⁶ MARTÍN DE CÓRDOBA, *op. cit.*, p. 54.

²⁷ ALFONSO X, Rei de Castela e Leão. *Las Siete Partidas*. Manuscrito. In: Biblioteca Digital Mundial Biblioteca Nacional de España. p. 451. Disponível em: [https://www.wdl.org/es/item/10642/]. Acesso em: 2 jul 2017.

Frei Martín, no capítulo V de seu espelho de princesa, dedica-se a citar diversos exemplos de esposas de grandes líderes da Antiguidade que guardaram a lealdade a seus maridos, acima de todos os obstáculos. Como Penélope, esposa do guerreiro Ulisses, que guardou por duas décadas a ausência de seu marido, que esteve dez anos em Troia e o restante do tempo perdido no mar. Por não terem notícias de Ulisses, passou a ser pressionada a se casar novamente e, para não desobedecer a seu pai, decidiu aceitar com uma condição: teceria uma tela, e somente após finalizá-la, faria o que lhe pediam. De dia ela tecia, de noite, desmanchava, com o objetivo de alongar a espera. Ela ficou conhecida pelo amor e fidelidade ao não se cansar de esperar seu esposo.

*Estos e tales exemplos ayán las nuestras reynas para amar a sus maridos e ser a gran provecho, no solamente a ellas mas a todo el reyno que auran hijos de bendicion que sucedan a sus padres e mantengan el reyno em paz e justicia.*²⁸

O consentimento verbal nas cerimônias de noivado e matrimônio era de suma importância, tanto nas *Siete Partidas*, como na Recompilação e nas leis canônicas. O livre arbítrio garantia que ninguém seria obrigado a contrair casamento contra a própria vontade, pois um casamento sem a anuência de ambas as partes não teria valor legal. Por outro lado, embora se estatuísse que as moças poderiam rejeitar os noivos escolhidos pelos pais, ou pelos tutores, também corriam o risco de serem deserdadas pela “desobediência”, devido ao caráter patriarcal da sociedade. Tal princípio é visível na forma como Isabel entendia esse laço, como explicita na carta que enviou a Enrique, dias antes de se casar com Fernando, apontando diversos motivos que a levaram a decidir sobre aquele matrimônio. Nesta carta, transcrita na crônica de Diego Enríquez del Castillo, há vários exemplos de conduta pautada nessas leis tradicionais, como a necessidade de o monarca obter o consentimento dos “grandes” do reino, sem o qual não poderia obrigá-la a se casar com Afonso V. Isabel lembra o seu direito em não aceitar aquele noivado, como *justa e de-*

²⁸ MARTÍN DE CÓRDOBA, *op. cit.*, p. 88.

vida liberdade, pois, na tradição medieval, ninguém poderia ser forçado a contrair matrimônio:

(...) Vossa Alteza condescendiendo ala voluntad de algunas particulares personas me quiera constreñir y apremiar al dicho casamiento de lo qual procedio que yo como sola ajenada de la justa y debida libertad, y del poder de mi franco alvedrio que en negocio matrimonial despues de la gracia de Dios principalmente se requiere secretamente hice sabidores los grandes Perlados e Cavalleros vostros súbditos naturales ganosos del servicio de Dios, y varon y del honor y gloria y engrandecimento destes vostros Reynos significandoles las formas comigo tenidas y demandandoles su leal parecer segun el qual diesen su boro y declarasen lo mejor, y mas cumpliero al servicio de Dios y vtro y provecho destes Reinos, por la qual respuesta respondieron y reminando muchas causas notorias porque en manera alguna no cumplia albiendelos dichos vostros Reynos el casamiento de Portugal, ni del Hermano del Rey de Francia segun mas largamente em su respuesta se contiene y conforme es del todo, lo que dellos aprobaron el matrimonio del Príncipe de Aragón e Rei de Sicilia...²⁹

Ao escrever esta carta, a Princesa dava mostras de obediência, apesar das diferenças que tinha com o irmão, explicando-lhe seus motivos, sempre pautados na tradição, no direito, o que a levava a não aceitar o enlace. Isabel confessa que se aconselhou secretamente (tinha poder para tal) sobre a questão com a nobreza e os prelados de todo reino, e que cada um lhe deu diversos motivos para não se casar. Ao fazer isso, ela também demonstra humildade ao se interessar em ouvir a necessidade do povo, consultando-o. A maioria responde que Fernando de Aragão era a melhor escolha, pois atendia a muitos critérios, incluindo a tradição Castela-Aragão e aos valores morais e espirituais de um bom monarca, e, neste caso, de um consorte. Utiliza o exemplo do filho do rei Fernando I de Aragão, Enrique de Trastâmara, que havia sido importante conselheiro de Juan II de Castela - pai de Isabel e Enrique - e para rememorar esta tradição e desejo dos antepassados, lembrava-o, dessa boa memória.

(...) Y conocida la verdad de sus razones por ello assignadas cerca de la conformidad mas honrosa y provechosa del casamiento del Rey de Sicilia considerando la unidade de nuestra antigua progénie, y lo que se añaderia a vuestros Reynos por causa de tal

²⁹ ENRÍQUEZ DEL CASTILLO, *op. cit.*, Fólio 162.

*matrimonio y los merecimientos muy claros del Rey Don Fernando de Aragon aquello del dicho Príncipe y Rei de Sicilia hermando del Rey esclarecido de gloriosa memoria Don Henrrique aquello de vuestra senhoria y mio, cuya prostimera voluntad em su testamento fue que siempre continuasen nuebas conexiones matrimoniales com los descendientes por linea recta del Rey Don Fernando.*³⁰

Isabel apresenta a razão daquela consulta - principalmente o fato de ter recebido poder para fazer parte das negociações. Aponta que o rei estava descumprindo os acordos das capitulares de paz. Também afirma ter conhecimento da vontade do monarca em prendê-la, o que a forçou a pedir socorro ao arcebispo de Toledo, sair da vila de Madrigal e fugir para Valladolid, pois estava lutando por seu direito à liberdade:

*(...) y sabian que Vuestra Alteza daba orden como fuese presa e agenada demi libertad, segun pareció por mas cartas mensageras que benieren ami notícia y por la carta patente que Vuestra Alteza mando ymbiar al Consejo de la Villa de Madrigal, diciendo e mandando que me detubiesen y apremiasen segun que por la dicha carta original mas claramente se puede ver y saber por lo qual me fue necesario ymbiar por el muy Reverendo en Cristo Padre Don Alonso Carrillo obispo de Todelo premiado de las Españas para que viniese luego do quier que yo puse y entanto por excusar la dicha prision y enagenamiento demi debida libertad (...) ansi que me fue necesario venir aesta Villa de Valladolid lugar santo de Dios loado y mas seguro y pacifico donde para esperar la respuesta de Vuestra Alteza y entender en la mas provechosa consulta de lo provechoso al servicio de Dios y vostro y para el bien y paz y sosiego destos vostros Reinos.*³¹

É no sentido da obediência que se deve interpretar uma das negociações matrimoniais de Isabel. O rei Afonso V de Portugal, desde os primeiros intentos em contrair casamento com a infanta, fora veementemente rejeitado por ela. Apesar do tempo transcorrido, a posição de Isabel não se modificou, mesmo colocando em risco sua posição de princesa e o direito de sucessão ao trono castelhano, conquistado na Concórdia de Toros de Guisado, em 1468.

Enrique IV, irmão e responsável por ela naquele momento, foi acusado pelo cronista Alonso de Palencia (mesmo sem referenciar qualquer lei) de

³⁰ ENRÍQUEZ DEL CASTILLO, *op. cit.*, Fólio 163.

³¹ *Idem.*

quebrar os ordenamentos sagrados, ao planejar com o bispo de Lisboa casar Isabel com o rei português, mesmo sem o consentimento dela. Palencia também denuncia o intento de Enrique, juntamente com Juan Pacheco, de deserdar a princesa, acusando-a de desobediência.³² Em ambos os discursos, a tradição jurídica afonsina era inegável, pois esta já fazia parte das tradições educacionais e jurídicas de diversos setores sociais, com conteúdos amplamente difundidos.

A principal utilidade dos casamentos, no âmbito das casas reais era apaziguar os reinos, selar a paz e fazer com que os acordos fossem mais profundos e duradouros (mesmo que na lógica da Idade Média esses acordos fossem muito fluidos e circunstanciais). A lógica apresentada está marcadamente presente nas fontes analisadas sobre as negociações matrimoniais de Isabel, que serão explanadas a seguir.

Crônicas de um casamento

Com a morte de Juan II, os infantes, Alfonso e Isabel, praticamente desaparecem das crônicas, devido ao exílio, juntamente com sua mãe, em Arévalo. Na mesma época, Enrique era alçado a rei, em meio a uma questão polêmica: a anulação de seu casamento com Blanca de Navarra e as negociações de novas bodas com a princesa de Portugal, Joana de Avis.

Alonso de Palencia trata como “matrimônio infrutuoso”, a união de Enrique com Joana de Portugal, tal como já tinha sido classificado o casamento anterior, com Blanca, sobre o qual se dizia ser infértil devido a não ter sido consumado. Para o cronista, Enrique era um mau rei, que não cumpria com as tradições,³³ era inimigo da fé católica, apaixonado pelos mouros³⁴ e descumpridor das obrigações matrimoniais.

Nesse caso, Blanca é apresentada como vítima do rei, que lhe propôs “atentar contra a honra conjugal”, com o planejamento e consentimento dele,

³² PALENCIA, *op. cit.*, Tomo II, Década II, Livro VII, p. 208.

³³ Palencia cita, por exemplo, uma dessas atitudes que vai contra o “costume dos príncipes espanhóis”: não dar a mão a beijar. PALENCIA, *op. cit.*, p. 14.

³⁴ *Ibidem*, Tomo I, Década I, Livro VIII, Capítulo IX, p. 466.

para assegurar a sucessão real, uma vez que depois de uma década casados não tinham herdeiros. A pressão política teria levado o rei a atentar contra a justiça e a prudência, virtudes fundamentais de um bom monarca. Tal atitude, completamente reprovada pelo cronista, estaria na origem do fracasso do reinado de Enrique, fruto da justiça divina.

Diferentemente de Palencia, o autor da *Crônica dos Reis Católicos* atribui à impotência sexual de Enrique o insucesso matrimonial, e não a “condutas vergonhosas”, próprias de “reis afeminados”.

*Fue ombre impotente, el qual nunca ovo aceso con la princesa doña Blanca su muger, y non solo con ella, mas con ninguna de muchas mancebas que tenia, y su impotencia era tan publica, que sin las muchas mugeres que desto davan testigo otros diversos ombres scientes, como físicos y çurujanos que le pensavan curar, le hallavan aquella enfermedad muy incurable.*³⁵

Após muitas negociações e uma dispensa papal, Enrique contrai matrimônio, com Joana, irmã do rei Afonso V de Portugal. A nova rainha é apresentada como corrupta, sem virtudes, cujas intenções revelavam planos de se aproveitar da impotência do rei para herdar o reino. Seu comportamento licencioso, com amantes secretos, terminou em gravidez, da qual Enrique assume a paternidade. O rei, mesmo consciente do que ocorrera, declararia a filha, que recebeu o mesmo nome da mãe, como herdeira.

O cronista levanta ainda a suspeita de ter sido o próprio rei que mandou a rainha escolher “algum de seus privados” que lhe fosse mais conveniente para concepção. A impotência de Enrique era inegável, “a todos tão notória” que não importava o que os médicos fizessem, a rainha Joana nunca poderia conceber um herdeiro natural de Enrique:

*Venidas las bulas con el término de los dichos tres años y médio, pasaron más de siete años, y pasaran mil, que el rey don Enrique non ovo generacion en la doña Juana con quien asi casó.*³⁶

³⁵ CRÓNICA Incompleta... *op. cit.*, Título I, p. 55.

³⁶ *Idem.*

Fernando aparece pela primeira vez

Com relação ao papel de governante de Enrique, o cronista tampouco é simpático ao rei. Ao relatar a missão que Enrique leva a cabo em Vizcaya e Guipúzcoa, em nome de Juan II de Aragão, no intuito de apaziguar esses povos, a narrativa insiste na falta de vontade e na apatia do monarca, que somente teria se deslocado até Navarra com medo de que os nobres castelhanos acabassem por se bandear para o lado do aragonês. Entretanto, o monarca exerceu com êxito seu papel de embaixador-conciliador, ouviu as demandas, restaurou as diferenças e reprimiu todas as rivalidades, submetendo-os à obediência.

Depois da conferência, os dois monarcas se encontraram na fronteira entre Castela e Navarra, com suas respectivas rainhas. Juan II levava ainda o infante Fernando para “dar as primeiras prendas de fidelidade” a Enrique. Solenidade muito importante feita por parte dos nobres quando era alçado um novo rei ou uma figura poderosa.

Após a anulação do casamento com Blanca, o rei de Aragão reclamava o direito de obter algum tipo de reparação de Enrique. Neste encontro, é reiterada, como parte da reconciliação, a concórdia dos dois reinos, que se selou através das negociações que Enrique acabara de realizar em Vizcaya, além da promessa de restituição do dote de Blanca.³⁷ E como parte da aliança, que prometia ser duradoura, se casariam os pequenos infantes castelhanos, Alfonso e sua irmã Isabel, com os infantes do reino de Aragão e Navarra, Juana e Fernando.

Nesse caso, como forma de findar e contornar futuras rusgas, acorda-se casar os infantes castelhanos com os aragoneses, quando alcançassem a idade adequada, pois todos haviam nascido entre 1451 a 1454 (próximo à data daquela conferência e da segunda união de Enrique). A crônica não fornece a data exata desse encontro, porém, certamente ocorreu depois de 1455, ano

³⁷ PALENCIA, *op. cit.*, Tomo I, Década I, Livro IV, Capítulo IX.

do casamento de Enrique com Joana de Portugal. A única autora que cita este acontecimento é María Isabel del Val Valdivieso, datando-o em 1458.³⁸

Uma noiva entre dois irmãos: Carlos de Viana *versus* Fernando de Aragão

Em 1458, o rei de Aragão e Sicília, Alfonso V, faleceu. Instalou-se, então, uma disputa em torno da sucessão. Seu filho, Juan II, foi coroado rei da maior parte dos reinos, mas o Parlamento siciliano demandava que Carlos, neto do falecido monarca, fosse alçado a vice-rei da ilha, e considerado o herdeiro do trono de Aragão. Claramente, constatava-se o interesse deste grupo em conseguir se libertar do domínio aragonês. Ao mesmo tempo, Carlos assumiu o título de Príncipe de Viana, devido a seu direito sobre o reino de Navarra, herdado da mãe, Blanca I.

Entre diversas negociações, aproximadamente no início de 1460, Alonso de Fonseca, arcebispo de Sevilha, descobre que Juan II e o rei de Portugal estavam tratando secretamente de um possível matrimônio entre Carlos e uma irmã do rei português,³⁹ que o cronista Diego Enríquez del Castillo não nomeia,⁴⁰ talvez para se unirem contra Castela. Essa informação chegou até Enrique, que resolveu, como contragolpe, oferecer ao infante Carlos a mão de sua irmã Isabel, que este aceitou secretamente,⁴¹ acreditando aumentar os laços de proteção com Castela que lhe permitiriam enfrentar-se ao pai.

A crônica de Palencia insiste no grande interesse de Juan II de Aragão em unir seu segundo filho, Fernando, com a infanta-princesa castelhana, apesar da oposição clara de Enrique. O cronista refere-se frequentemente a negociações secretas entre o monarca aragonês e o arcebispo de Toledo nesse sentido. Porém, Enríquez del Castillo registra outra aliança aragonesa de casamento, arranjada por Enrique IV:

³⁸ DEL VAL VALDIVIESO, María Isabel. Isabel la Católica, una mujer para el trono de Castilla. *Memòries de la Reial Acadèmia Mallorquina d'Estudis Genealògics, Heràldics i Històrics*, España, 14, p. 7-23, 2004, p. 9.

³⁹ ENRIQUEZ DEL CASTILLO, *op. cit.*, Capítulo 25, fólho 28.

⁴⁰ Tratava-se de Catarina, filha do rei D. Duarte.

⁴¹ SUÁREZ FERNÁNDEZ, *op. cit.*, p. 549.

(...) llego la mensageria de los Catalanes, notificandole la prision del Principe don Carlos y como el Rey de Aragon su Padre le havia prendido a causa dela confederacion y amistad que con su Alteza havia hecho y porque tenia assentado el casamiento dela Infanta doña Isabel su hermana...⁴²

Para Palencia, ao descobrir que Juan dava apoio à Liga Nobiliária de Castela, Enrique ofereceu apoio à causa de Carlos, oferecendo-lhe uma união, por meio do casamento com Isabel. Juan II, ao descobrir a traição do filho, mandou prendê-lo. O Príncipe de Viana acabaria por falecer, em 1461, deixando a mão de Isabel, novamente, livre.

Afonso V de Portugal

Após sete anos de casamento, finalmente, Enrique IV anunciaria a gravidez da rainha Joana, entre rumores populares de que o pai da criatura era, na verdade, o valido do rei, Beltrán de la Cueva. Após o nascimento da nova herdeira, que recebeu o nome da mãe, em castelhano, Juana, o povo alcunhou-a imediatamente: *la Beltraneja*. Enrique declarou a legitimidade da filha na sucessão ao trono, em detrimento de seus irmãos. Mas a prudência política recomendava que eles fossem vigiados de perto, para que não estivessem à disposição dos partidos nobiliários rebeldes para ocupar o trono. Assim, Afonso e Isabel foram levados para a corte, e, sobretudo, a rainha Joana tratava de selar o destino da cunhada, tentando casá-la com seu irmão, Afonso V de Portugal, afastando-a do trono de Castela. Sobre esses planos, as crônicas apresentam versões similares, embora com algumas divergências de datas.

De acordo com Palencia, Afonso V, depois de sua expedição ao norte da África e da conquista de Anafé,⁴³ foi a Castela visitar a irmã, a rainha Joana e sua prima, Isabel, e “as graças desta cativaram tão fortemente seu coração que quis fazê-la sua esposa”.⁴⁴ Porém, o rei respeitou as leis castelhanas que o

⁴² ENRIQUEZ DEL CASTILLO, *op. cit.*, Capítulo 38, fólho 31.

⁴³ A cidade foi conquistada em 1464 e destruída pelos portugueses em 1468. Em 1515, usaram as ruínas para construir um forte. Como boa parte das cidades medievais, o povoado foi aumentando e Casablanca nasceu ao redor da fortaleza militar.

⁴⁴ PALENCIA, *op. cit.*, Tomo I, Década I, Livro VI, Capítulo X, p. 396.

proibiam de cortejá-la abertamente sem a consulta aos Grandes. A forma encontrada pelos reis castelhanos para contornar o impedimento foi a organização de eventos na corte com a finalidade de aproximar a infanta e o rei, para que, através da convivência e entrosamento, Isabel se interessasse por ele, o que nunca ocorreu.⁴⁵

Enríquez del Castillo relata que, em 1463, Enrique partiu para Ponte do Arcebispo, com a rainha, a princesa Juana e os infantes, seus irmãos, onde se encontraram com Afonso V. Naquela ocasião, os reis "fizeram grandes alianças e confederações, e entre as coisas que ali concluíram foi que o Rei de Portugal casaria com a infanta dona Isabel, irmã do rei".⁴⁶ Porém, o cronista não fornece maiores informações sobre os referidos acordos.

Pedro Girón e o “milagre”

Em 1464, formou-se uma Liga Nobiliária contra Enrique IV, composta por grandes nobres de Castela, que mudaria o destino de Alfonso e de Isabel. No manifesto, difundido na ocasião, listavam-se os erros cometidos por Enrique ao governar Castela, entre os quais se afirmava que os infantes estavam presos na corte da rainha Joana, e que a filha desta não poderia ser considerada herdeira legítima do trono, devido aos rumores que corriam sobre a paternidade dela. A acusação foi duramente sustentada por Juan Pacheco, cabeça da Liga, o qual fora preterido na corte, justamente em favor de Beltrán de la Cueva, que ocupara o lugar de conselheiro régio, a despeito de sua baixa extração nobiliárquica. Obviamente, a insurgência tinha a ambição de reconduzir Pacheco ao poder, juntamente como outros nobres que haviam aderido à causa.

Em atitude conciliadora, Enrique negociou com os rebeldes a entrega da custódia de Alfonso à Liga Nobiliária, que o declarou herdeiro legítimo e cabeça do movimento. Deve-se ressaltar que esse grupo, embora pequeno, era formado por uma parte da nobreza extremamente forte e poderosa, motivo

⁴⁵ PALENCIA, *op. cit.*, Tomo I, Década I, Livro VI, Capítulo X, p. 396.

⁴⁶ ENRÍQUEZ DEL CASTILLO, *op. cit.*, Capítulo 56, fólho 62.

pelo qual, de acordo com a crônica, não se importava com os escândalos que causava.

O arcebispo de Toledo, Alfonso de Carrillo, aparece nas crônicas de Palencia e na dos *Reis Católicos* como importante bastião da causa alfonsina e isabelina. Dessa forma, a narrativa registra as intensas movimentações políticas que liderava com o objetivo de casar o futuro rei e sua irmã, alertando para a urgência de livrar Isabel da má influência de Joana, partidária de Afonso V:

Por outra parte, parece que el tempo y la razón exigen que separemos algo del estado de las negociaciones para los matrimonios de nuestro Soberano y de su hermana Dona Isabel con los hijos del rey de Aragón, y más cuando esta Princesa permanece, ó se ve retenida á pesar suyo entre enemigos, bajo el seductor influjo de la reina Dona Juana que induce á la doncella á dar su mano al rey de Portugal”.⁴⁷

Pedro Girón, o Mestre de Calatrava, e seu irmão, Juan Pacheco, quiseram aproveitar a “apatia e o envelhecimento de D. Enrique e os poucos anos de D. Alfonso para aumentar sua fortuna e aumentar seu poderio”.⁴⁸ Convocaram o arcebispo de Sevilha para abrir as negociações matrimoniais de Isabel, que no final serviria para aumentar o poder de ambos. Palencia e Castillo resumem as intenções de Pacheco com aquela “concordia”: colocar o futuro rei e Isabel sob sua proteção; a infanta seria a ferramenta para o apaziguamento entre ambos os lados, casando-se com seu irmão, Pedro Girón, que se comprometera em aproveitar daquela posição para promover ainda mais o próprio Juan Pacheco.⁴⁹ Isabel, até esse ponto, parece não ter protagonismo nas crônicas, aparecendo de forma passiva e pontual.

Estando asi las cosas em calma sin conclusion ni esperanza de concordia, vino el Arcebispo de Sevilla com um trato muy secreto, grave e no muy honesto por parte de don Pero Xiron maestre de Calatrava com acuerdo y consentimiento del Marques de Villena su hermano diciendo que si el Rey le daba ala Infanta doña Isabel su hermana por muger, que le bendria à servir a su costa com 30 lanças y le representaria 700 doblas y comprometia el Marques de Villena de venir luego a su

⁴⁷ PALENCIA, *op. cit.*, Tomo I, Década I, Livro VIII, Capítulo IX, p. 540.

⁴⁸ *Ibidem*, Tomo II, Década I, Livro IX, Capítulo I, p. 7.

⁴⁹ *Idem*.

*servicio y traer al Príncipe su hermano, y ponerlo em su poder em tal manera que seria luego el mas pacífico.*⁵⁰

Por serem cabeças de seu próprio “partido”, Isabel fica sem saída e deve aceitar a execução dos acordos que os Pachecos propunham para assegurar o restabelecimento da paz e o fim das discórdias. Foi um intento de deixar tudo bem alinhado, inclusive a questão da sucessão de Enrique. Isabel não se opõe, apesar da tristeza. Girón era a imagem completamente oposta à que a infanta esperava de um marido, pois era conhecido por sua lascívia e corrupção. A única forma de escapar seria por meio da fé. Algumas crônicas afirmam que Isabel rezou fervorosamente pela intervenção divina. Em abril, do mesmo ano, Girón foi acometido por um “mal súbito” (provavelmente, foi envenenado)⁵¹ e faleceu dias depois, com “palavras blasfemas em sua boca, maldizendo a Deus pela crueldade de não permitir que ele vivesse quarenta dias a mais para desfrutar de sua última exibição de poder’, ou seja, seu matrimônio com Isabel”.⁵²

Na crônica de Palencia, há uma referência à Crônica Castelhana que afirma que os concertos do matrimônio de Isabel provinham de Enrique, e que a princesa ficou “um dia e uma noite sem comer, em contemplação, pedindo a Deus que o Mestre, ou ela, morresse antes da cerimônia”.⁵³ Não fica claro se o cronista atribui à oração de Isabel - como forma de justiça, ou de milagre - a morte de Girón, embora Deus, “a cujo poder nada resiste”, seja citado como responsável pela enfermidade que o atacou.

Del Castillo mantém uma posição menos acusativa, embora transpareça no decorrer dos capítulos que não concordava com aquela aliança. Girón, apesar de ser mestre de uma ordem de cavalaria, não se mostrava virtuoso. Tal como Palencia, atribui à justiça divina o desfecho do caso, mas sem mencionar claramente as orações de Isabel:

⁵⁰ ENRÍQUEZ DEL CASTILLO, *op. cit.*, Capítulo 84, fólho 100.

⁵¹ Há controvérsias entre a historiografia.

⁵² PALENCIA, *op. cit.*, Volume 257, *apud* RUBIN, *op. cit.*, p. 204.

⁵³ *Ibidem*, Tomo II, Livro IX, Capítulo I, p. 8.

Y asi como el maestre de Calatrava viniere con aquel proposito casar con la hermana del Rey la Infanta doña Isabel, quiriendo Dios lo contrario, e no dando lugar a tan gran fealdad, supitamente en el camino le tomo el mal de la muerte en tal manera que dentro de diez dias murio mas con poca devocion, que como catholico Christiano (...). O gran Dios que altos y profundos son tus Juicios.⁵⁴

Concórdia de Toros de Guisando

O príncipe Alfonso faleceria, em 1468, vítima de um surto de peste, que assolava Castela, embora também possa ter sido vítima de envenenamento. A sua morte ocasionou novas instabilidades em um plano que já era frágil. De acordo com a crônica, Isabel foi para Ávila com o arcebispo de Toledo e o mestre de Santiago, para tratar da sucessão com mais segurança e angariar nobres para sua causa.

Enviou cartas às províncias e cidades que ao defunto Rei obedeciam, notificando-os da morte deste seu querido irmão, declarando-se sua legítima sucessora. Aconselhando-os que se mantivessem em sua antiga fidelidade e olhassem pelo bem dos reinos. (...) E por último, a manifestar suas intenções para que ela pudesse conhecer com mais clareza a mente dos vassalos reais.⁵⁵

Juan Pacheco parecia ter se aproximado outra vez de Enrique IV, e insistia em tirar Isabel de Ávila, com a desculpa de protegê-la da peste, enquanto o Arcebispo Carrillo insistia em mantê-la na cidade que claramente apoiava a causa da princesa. Finalmente, venceu a argumentação de Pacheco de se mudarem para Cebreros, onde ele conferenciava com os condes de Plasencia e de Benavente, e com o arcebispo de Sevilha sobre a possibilidade de Enrique e Isabel se encontrarem para firmar a paz.

É apenas neste momento que a infanta começa a aparecer como protagonista nas crônicas analisadas, de fato, com poder de escolha, como negociadora e participante do jogo político. Isabel decide seguir os planos de Pacheco, que lhe assegurava que Enrique concordava declará-la única herdeira do trono.

⁵⁴ ENRÍQUEZ DEL CASTILLO, *op. cit.*, Capítulo 84, fólho 101.

⁵⁵ PALENCIA, *op. cit.*, Tomo II, Década II, Livro I, Capítulo I, p. 161.

A cerimônia pública da concórdia entre os irmãos ocorreu em Toros de Guisando, com a presença dos principais do reino

Inmediatamente D. Enrique, em presencia de todos los magnates susodichos, juro em manos del Legado que la legítima sucesión en el trono pertenecía á su hermana Dona Isabel, princesa y verdadera heredera de los reinos de León y Castilla y de todos los demás Estados... (...) Afirmava con la autoridad de libre y espontáneo juramento, ante Dios y los hombres, que aquella doncella no era hija suya, sino fruto de ilícitas relaciones de su adúltera esposa.⁵⁶

Entre os vários acordos firmados, uma das cláusulas estipulava que Enrique não disporia sobre o casamento de Isabel, contra a vontade dela. É importante ressaltar que nem Enríquez del Castillo⁵⁷ nem Alfonso de Palencia fazem menção a essa cláusula. Isso apenas é mencionado na *Crónica de Los Reyes Católicos*:

La princesa juro de (...) se casar por su consejo y mandamento, tanto con quien la él casase fuese por grado y voluntad dela mesma y non forçada nin constreñida para ello deste rey. Y de lo que asi de la una parte a la otra fue jurado y capitulado.⁵⁸

Isabel, princesa e noiva ideal

Após ser declarada princesa herdeira, Isabel passa a ser uma noiva cobiçada e, de acordo com Palencia, Pacheco se aproveitará dessa situação.

Así que no se sabía de certo qué enlace preferia para la princesa Dona Isabel, ó si más bien deseaba que pidiesen muchos su mano y ninguno la alcanzase, para que así, sin pronunciar jamás una negativa, tampoco diese su aprobación á cosa alguna.⁵⁹

Pacheco parece, portanto, empenhado em encontrar um enlace que agradasse a Isabel, a Enrique e a si próprio. Apesar de ser fortemente contrário ao casamento com Fernando de Aragão, não se opunha às movimentações que o

⁵⁶ PALENCIA, *op. cit.*, Tomo II, Década II, Livro I, Capítulo IV, p. 183.

⁵⁷ Dado apontado pelo compilador Julio Puyol e confirmado durante a pesquisa.

⁵⁸ CRÓNICA Incompleta... *op. cit.*, Título II, p. 67.

⁵⁹ PALENCIA, *op. cit.*, Tomo II, Década II, livro I, Capítulo V, p. 194.

arcebispo de Toledo, Alfonso Carrillo de Acuña, fazia nesse sentido.⁶⁰ Palencia ainda se refere a uma reunião que Isabel e Pacheco tiveram com membros da nobreza⁶¹ com o intuito de pesar as possibilidades de matrimônios para a princesa. Porém, “dissolveu-se, pois, a junta sem encontrar meio de algum arranjo”,⁶² devido ao excesso de posições, não chegou a acordo.

Quando a notícia da ascensão de Isabel ao papel de herdeira de Castela se espalhou, vários embaixadores, representando partidos e reinos diversos, apresentaram-se na tentativa de captar a mão da princesa para os respectivos grupos políticos. Além de Fernando de Aragão, ressurgiu a candidatura de Afonso V de Portugal, e apareceu Carlos de Valois, duque de Berry e da Normandia, irmão do rei Luís XI da França.

Algumas disposições da Concórdia de Toros de Guisando se estabeleceram mediante prazos, os quais não foram cumpridos por Enrique. Ao mesmo tempo, o monarca voltava a tentar casar Isabel com “pessoa e lugar a ela muito odioso e perigoso”: o rei Afonso V de Portugal. Num plano de casamentos duplos, pretendia ainda que o príncipe João, filho do rei português, se casasse com Juana, *la Beltraneja*. Este enlace está referenciado apenas na *Crônica dos Reis Católicos*, sublinhando a decidida intenção de Afonso V de garantir que Portugal unisse Castela a seus domínios.

O arcebispo de Toledo mostrava-se muito empenhando em desfazer todas essas possibilidades, sempre aconselhando a princesa, através de sua rede infiltrada de mensageiros. Isabel se manifestava favorável ao prelado, pois “nem por temor renunciaria a verdadeira glória”, que seria chegar ao trono castelhano e casar-se com Fernando, “assegurando a felicidade futura”. “Por isto, a Princesa mostrava preferência por ele acima de todos, como também demonstrava sentir repulsa desde outros tempos pelo português [Afonso V] ao escutar as adulações e razões da rainha Dona Juana, que a aconselhava”.⁶³ A crônica ecoa até mesmo o sentimento do povo: “porque nos cantares e toa-

⁶⁰ PALENCIA, *op. cit.*, Tomo II, Década II, livro I, Capítulo V, p. 194.

⁶¹ Alguns nomes citados pelo cronista: o arcebispo de Sevilha, os condes de Plasencia e de Benavente, o Marquês de Santillana, Pedro de Velasco e outros personagens desta família. PALENCIA, *op. cit.*, p. 195.

⁶² *Ibidem*, p. 196.

⁶³ PALENCIA, *op. cit.*, Tomo II, Década II, Livro I, Capítulo VII, p. 206.

das com que acostumavam dar juízo sobre as coisas, e desaprovavam o matrimônio com o português”, argumentando que ela, como um “botão de rosa, não poderia dar sua mão a um velho e se tornar madrasta de enteados que superavam sua idade, além de submeter os reinos de Castela e Leão aos cruéis inimigos que por este enlace atropelavam a honra e a liberdade ilimitada de sua pátria”.⁶⁴ Enrique e seus partidários teriam tentado silenciar a voz do povo, inclusive por meio da força. Ao tomar conhecimento desses e de outros fatos, Isabel “pediu amparo do Onipotente para livrá-la de tamanha vergonha”, pois não tinha intenções de se casar com Afonso.

É interessante observar como o cronista contrário ao partido isabelino descreve essa mesma situação. Teria partido de Pacheco o intento da negociação, ao enviar secretamente mensageiros ao rei português. O arcebispo de Lisboa seria o responsável pela negociação. Isabel, ao saber daquela embaixada, enviara súplicas a Enrique para que a não promettesse a Afonso, “porque ela de nenhuma maneira o faria ou consentiria”.⁶⁵

Enrique, obstinado, trabalhava novamente para afastar Isabel da sucessão de Castela e diante do pedido dela, juntamente com Pacheco, cogitou deserdá-la. Porém, Enríquez del Castillo afirma que nenhum daqueles intentos eram da vontade de Deus, e após vinte dias de negociações, o arcebispo de Lisboa e os demais membros que compunham a embaixada foram informados de que o enlace não seria possível, e juraram a princesa herdeira antes de partir. Palencia atribui aos céus a mudança de estratégia de Enrique e Pacheco, que naquele momento recuavam, e, aos embaixadores do rei Afonso, “em breves palavras, se referiram às muitas dificuldades surgidas”, deixando a proposta de união em aberto, para um arranjo futuro.⁶⁶ Ao relatar o sentimento de alívio, Palencia, de forma indireta, mostra conhecimento sobre a possibilidade de Isabel ser deserdada por se recusar tão veementemente a casar com Afonso V, como previsto nas *Partidas*, por exemplo.

⁶⁴ PALENCIA, *op. cit.*, Tomo II, Década II, Livro I, Capítulo VII, p. 207.

⁶⁵ ENRÍQUEZ DEL CASTILLO, *op. cit.*, Capítulo 123, fólho 151.

⁶⁶ PALENCIA, *op. cit.*, Tomo II, Década II, Livro I, Capítulo VII.

Devido às permanentes investidas do irmão, Isabel precisara mudar-se várias vezes, acabando em Madrigal, junto de sua mãe.⁶⁷ E durante o tempo que permaneceu naquela vila, recebeu embaixadores de reis e príncipes cristãos, que requeriam sua mão em casamento, embora o cronista desconhecido não os identifique.⁶⁸

Segundo Enríquez del Castillo, Isabel partiu para Ocaña e Enrique se mostra preocupado pela própria segurança, pois desconfiava que ela se casaria com Fernando de Aragão, filho de seu inimigo. O desejo de Enrique, naquele momento, era que ela aceitasse Carlos de Valois.

*... Y tenia recelo que aquel casamiento seria causa de mayores inconvenientes y peligros de sua vida y por ello fue acordado em su consejo que aquel Cardenal embajador alli estava y el Arçobispo de Sevilla obiesen yr ala y requerirle que no se casasse con el Príncipe de Aragon, salvo con el Duque de Berri, hermano del Rey Luis de Francia, quien por entonces la sucession del Reyno de francia pertenecia...*⁶⁹

Por não ter filhos até aquele momento, o rei francês Luis XI enviou o cardeal de Albi para negociar com Enrique um possível enlace de Isabel com seu irmão. E assim, chega a Castela a embaixada dos franceses, em favor de Carlos de Valois, Duque de Berry. O representante, Jean Geoffroy, cardeal de Albi, depois de se encontrar com Enrique, decidiu partir no encalço de Isabel.⁷⁰ Encontrou-a em Madrigal, onde lhe comunicou que o irmão aprovaria o casamento dela com Carlos de Valois, selando a união da França com Castela. Isabel foi evasiva em suas respostas e o cardeal regressou à França, acreditando que o enlace poderia realizar-se.

Na *Crônica dos Reis Católicos*, a princesa também recusa a proposta. O cronista apresenta duas causas particulares, que não se sabe se foram expostas ao prelado de Albi: Isabel esperava que seu conselho se manifestasse sobre a me-

⁶⁷ Estes fatos aparecem de forma semelhante nas narrativas de Enríquez del Castillo, *op. cit.*, Capítulo 127 e na *CRÓNICA Incompleta...* Título III.

⁶⁸ *Idem.*

⁶⁹ ENRÍQUEZ DEL CASTILLO, *op. cit.*, Capítulo 127, fólio 155.

⁷⁰ PALENCIA, *op. cit.*, Tomo II, Década II, Livro I, Capítulo IX.

lhor escolha⁷¹ – o que se aproxima da narrativa de Palencia; e o ódio que, desde tempos imemoriais, os castelhanos tinham dos franceses.

Na crônica de Enríquez del Castillo há ainda menção, sem maiores detalhes, a um pretendente inglês: o futuro Ricardo III. Tal referência aparece no teor de uma carta que Isabel escrevera a seu irmão Enrique:

(...) quel matrimônio de quatro que ala sazón se mobian del Príncipe de Aragon y Rey de Secilia, y el de Portugal, y el Duque de Berry y el del hermano del Rey de Inglaterra...⁷²

Fernando e Isabel, um conto heroico medieval

Apesar da constante advertência de que a história deve basear-se em fatos, é difícil não olhar para a trajetória de Isabel e Fernando nas crônicas como um perfeito conto heroico medieval. Durante aquele período, sem dúvida, circulavam relatos de cavaleiros aventureiros que se lançavam em perigosas jornadas, arriscando suas vidas para salvar donzelas prisioneiras.

A posição social dos personagens desta pesquisa era marcado pela constante busca por feitos que fossem registrados e eternizados em canções, idealizados de forma heroica. Palencia não foge a essas características, escrevendo, em vários momentos, de forma romanceada, cujas frases parecem saídas de um livro de cavalaria. O príncipe Fernando, com dezessete anos, ao saber, pelo próprio Palencia, que Isabel corria perigo, talvez se deixasse inflamar pelos poemas líricos que circulavam sobre os dois. Era o típico príncipe cavaleiro que salvaria a princesa em apuros.

... al saber los temores que su amada prometida, la princesa de Castilla, abrigaba de perder su libertad, me llamó a solas y me preguntó si creía conveniente para más rápido y oportuno amparo, que se pusiese em marcha para Madrigal, llevándome a mi por guía y otros dos que le acompañassen, a fin de consolar con su presencia a la angustiada doncella, ò correr el riesgo que ella corriese, y así lo hubiera hecho sin duda...⁷³

⁷¹ Há referência clara em uma carta de Isabel de outubro de 1469. ENRÍQUEZ DEL CASTILLO, *op. cit.*, fólhos 160-165.

⁷² Carta de Isabel a Enrique. ENRIQUEZ DEL CASTILLO, *op. cit.*, fólho 161.

⁷³ PALENCIA, *op. cit.*, Tomo II, Década II, Livro I, Capítulo III, p. 266.

Palencia, que além de cronista, era importante personagem político do partido isabelino, foi enviado a Aragão para apressar a entrada de Fernando em Castela e a realização do casamento. Apesar do momento conflituoso que o reino de seu pai atravessava, onde sua destreza militar era requerida, Fernando atendeu ao pedido que Palencia levava. Disfarçado de criado cuidador de mulas de um grupo de mercadores, Fernando viajou sem maiores dificuldades até uma pequena aldeia entre Gomara e Burgos de Osma.

*Allí hicieron alto para descansar breves momentos, y segun previo acuerdo, el Principe, fingiéndose criado de mercaderes, estuvo cuidando a las mulas y sirviendo la cena; acabada la cual, en vez de retirarse a dormir, salieron de la aldea en altas horas de una noche tenebrosa.*⁷⁴

Era madrugada de sete de outubro de 1469, quando o príncipe chegou a Burgos.

*En la entrevista, la presencia del Arzobispo reprimió los impulsos amorosos de los amantes, cuyos corazones fortalecidos entonces con la mutua contemplación habia de henchir poco despues de gozo el lícito vínculo del matrimoni. Al cabo de casi dos horas antes de media noche, passadas con la amadisima esposa, á quien entrego los regalos de los esponsales, salió de allí Don Fernando.*⁷⁵

Foi ao anoitecer, no Palácio de los Viveros, que Carrillo declarava publicamente a dispensa de consanguinidade “outorgada”, não pelo papa do momento, Paulo II, mas pelo anterior, Pio II, que havia morrido há quase cinco anos.⁷⁶ Também foram lidas as “condições estipuladas a respeito da futura posse do cetro, favoráveis à Princesa, como legítima herdeira dos reinos de Leão e Castela”.⁷⁷ O autor anônimo da *Crónica de los Reyes Católicos* descreve muito bem as capitulares matrimoniais de Isabel e Fernando, ressaltando a

⁷⁴ PALENCIA, *op. cit.*, Tomo II, Década II, Livro I, Capítulo III, p. 270.

⁷⁵ *Ibidem*, Capítulo IV, p. 279.

⁷⁶ A dispensa era de 24 de março de 1464, datada cinco meses antes da morte do Papa Pio II, a pedido de Juan II de Aragão. Palencia não explica como se contornou a negativa de Paulo II em conceder a dispensa, uma vez que este já tinha emitido outra para o provável enlace com Afonso V de Portugal.

⁷⁷ *Ibidem*, Capítulo V, p. 283.

posição deste como consorte. No dia seguinte, no mesmo palácio, foram lidas novamente as capitulares matrimoniais. Na presença dos prelados e cavaleiros da corte de Isabel, Fernando jurou solenemente os capítulos acordados e “mui triunfantemente o príncipe a princesa foram desposados e *logo casados*”.⁷⁸ Palencia, com sutileza, afirma que ao final de um dia cheio de “danças e públicos regozijos” os noivos se recolheram à sua câmara, induzindo o leitor a entender que o enlace foi consumado.

Finalmente, apresenta-se, a seguir, uma tabela na qual se pode observar a atenção que cada um dos cronistas deu aos pretendentes de Isabel. Enríquez del Castillo é o único a considerar os seis nomes conhecidos, enquanto Alonso de Palencia e a *Crónica Incompleta* selecionam os candidatos de acordo com a estrutura geral de suas narrativas.

Tabela 3 – Incidência dos pretendentes à mão de Isabel nas crônicas analisadas

	<i>Crónica Incompleta</i> (Anônima)	Del Castillo	Palencia
Carlos de Viana		X	
Afonso V de Portugal	X	X	X
Pedro Girón		X	X
Carlos de Valois	X	X	X
Ricardo III		X	
Fernando de Aragão	X	X	X

⁷⁸ *CRÓNICA Incompleta... op. cit.*, Título III.

Considerações finais

Este trabalho pretendeu oferecer algumas reflexões sobre a imagem de Isabel, a Católica, que a historiografia consagrou. Frequentemente apresentada como mãe da Espanha unida, na verdade, Isabel sequer estava destinada a reinar. A coroa de Castela foi, aos poucos, se tornando uma realidade na vida de Isabel, embora sempre cercada de muitas incertezas. Entretanto, há outro aspecto importante: as crônicas mostram claramente que o casamento com Fernando, do qual se originaria a união de Castela e Aragão, apesar de ter sido uma possibilidade cogitada desde a primeira infância, teve outros concorrentes de peso que, se vitoriosos, modificariam completamente a história da Espanha.

Para o irmão mais velho de Isabel, o rei Enrique IV - tutor da princesa e responsável por lhe conseguir um marido -, o casamento com Fernando não era politicamente adequado, uma vez que tal enlace fortaleceria um de seus principais inimigos: Juan II de Aragão. Portanto, a oposição de Enrique a essa união era implacável, o que talvez explique o tom de heroicidade cavaleiresca que os cronistas deram às narrativas que contaram a história desse romance. Os embates entre os que defendiam a causa de Isabel e os que lutavam em nome de Enrique tiveram, inclusive, lances militares que protegeram Isabel para que ela pudesse fugir várias vezes até conseguir casar-se com o noivo que ela própria escolheu.

De fato, a relação de Isabel e Fernando, ao longo do tempo, foi sendo construída como exemplo perfeito do que a sociedade baixo-medieval entendia ser um matrimônio régio. Era a união desejável entre a monarquia e a religião, fazendo jus à alcunha do casal virtuoso: os Reis Católicos.

Tanto as fontes primárias como a historiografia têm objetivos específicos e configuram tipologias distintas que precisam ser consideradas pelo historiador. No que se refere às possibilidades matrimoniais de Isabel, a comparação estabelecida entre as duas tipologias foi reveladora. As crônicas evidenciaram, sobretudo, os modos de representação de personagens e momentos que se consideravam importantes no momento da redação. Mas, o mais interessante foi compreender como seus autores apresentavam Isabel, e as opções matri-

moniais que foram surgindo, numa perspectiva que ainda não podia considerar os grandes feitos do reinado dos Reis Católicos. Assim, as crônicas do reinado anterior, de Enrique IV, permitiram, por exemplo, perceber melhor as expectativas em torno de um futuro político ainda desconhecido. Foi também importante observar como os cronistas divergiam no tocante aos posicionamentos políticos, o que comprova a existência de intensos debates e embates da corte.

Já a historiografia, em sua vertente de síntese política, tende a contar a história de “trás para a frente”, desprezando justamente o que esta pesquisa pretendeu valorizar: as possibilidades políticas que estavam abertas diante de Isabel. Apesar da extensão das biografias contemporâneas sobre a personagem, deve-se ressaltar que o seu conteúdo, em geral, aporta muito pouca informação para o tema desta investigação. Antes de iniciar a pesquisa, partiu-se da hipótese de que o silêncio historiográfico sobre os pactos matrimoniais de Isabel se devesse à falta de informação nas fontes primárias. Porém, ao longo da pesquisa, constatou-se que, principalmente nas crônicas de Enrique IV, detalham-se amplamente tais fatos e personagens. Assim, impõe-se a indagação sobre os motivos que teriam levado tantos autores a desconsiderar esses fatos, uma vez que recorrem às mesmas crônicas de Alonso de Palencia e Diego Enríquez Del Castillo.

A literatura especializada, de forma geral, encara o reinado dos Reis Católicos como fato político incontornável, um marco entre dois tempos: fim da Idade Média e início da Idade Moderna. Nesse sentido, o casamento de Isabel e Fernando é, ao mesmo tempo, ponto de chegada e de partida. Assim, percebe-se a dificuldade que os estudiosos têm em introduzir na argumentação elementos que provoquem tensões na narrativa, deixando-a menos clara e mais tortuosa com relação ao destino que se pretende sublinhar. A grandiosidade que Isabel adquiriu ao longo dos séculos é fruto da forma como se insistiu na sua predestinação: criar a Espanha, a partir de Castela. Mas, para aqueles que viveram os acontecimentos, essa história poderia ter sido muito diferente: a Espanha poderia ter fundido suas fronteiras com Portugal, com a França, com a Inglaterra...

Referências

Fontes primárias

ALFONSO X. *Las Siete Partidas*. Manuscrito. Biblioteca Digital Mundial-Biblioteca Nacional de España. Disponível em: [<https://www.wdl.org/es/item/10642/>]. Acesso em: 2 jul 2017.

CRÓNICA *incompleta* de los Reyes Católicos. (Anónima). Madrid: Academia de la Historia, 1934.

DESCOUSU, Celse-Hugues. *Las leyes de todos los reynos de Castilla abreniadas y reduzidas en forma de Reportorio decisino por la orden del A.B.C*. Madrid: Casa de Iuan de Brocar, 1540.

ENRÍQUEZ DEL CASTILLO, Diego. *Crónica de Enrique IV*. Valladolid: Edición de Aurelio Sánchez Martín, 1994.

MARTÍN DE CÓRDOBA, Fray. *Jardín de Nobles Donzellas*. Madrid: Ed. Fernando Rubio, 1964.

PALENCIA, Alonso de. *Crónica de Enrique IV*. Biblioteca Digital de Castilla y León. Disponível em: <https://bibliotecadigital.jcyl.es/es/consulta/registro.cmd?id=3711>. Acesso em: 2 jul 2017.

PULGAR, Fernando del. *Crónica de los señores reyes católicos Don Fernando y Doña Isabel de Castilla y Aragón*. Madrid: BAE, vol. 70, 1953.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA: Banco de datos (CORDE). *Corpus diacrónico del español*. Disponível em: <http://www.rae.es>. Acesso em: 2 jul 2017.

Bibliografia

AZCONA, Tarsicio de. *Isabel la Católica, Vida y reinado*. Madrid: La Esfera de los Libros, 2014.

CASTIGLIONE, Baldassare. *O cortesão*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

DEL VAL VALDIVIESO, María Isabel. Isabel la Católica y la educación. *Aragón en la Edad Media*, n. 19, 2006, p. 555-562.

_____. La sucesión de Enrique IV. *Revista Espacio, Tiempo y Forma*, S III, 1991, p. 43-78.

_____. Isabel la Católica, una mujer para el trono de Castilla. *Memòries de la Reial Acadèmia Mallorquina d'estudis genealògics, heràldics i històrics*. N° 14, 2004.

FERNANDES, Marcos Vinícius Marinho. *Ayuntamiento de Reyes: representações políticas do matrimônio de Juana e Felipe de Castela (séculos XV-XVI)*. 2015. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)-Universidade de Brasília, 2015.

FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, Manuel. *Isabel la Católica*. Barcelona: Espasa, 2014.

HESPANHA, António Manuel. *História das Instituições*. Épocas medieval e moderna. Coimbra: Ed. Almedina, 1982, p. 302 – 331.

MANZANO MORENO, Eduardo. *Historia de España*. Épocas medievales. vol 2. Madrid: Marcial Pons, 2010.

NOGALES RINCÓN, David. *Los Espejos de Príncipes en Castilla (siglos XIII-XV): un modelo literario de la realeza bajomedieval*. Madrid: Universidad Complutense, 2006.

RUBIN, Nancy. *Isabel de Castilla*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1991.

SALVADOR MIGUEL, Nicasio. *Isabel la Católica y el patrocinio de la actividad literaria*. Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes. 2006.

SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís. *Historia de España: Edad Media*. Madrid: Editorial Gredos, 1970.